

CAPACIDADES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Resumo – Documento de Referência – versão de dezembro de 2015

Ponto Focal: Agenda Pública

Método: Em adição à pesquisa documental realizada, foram conduzidas entrevistas com atores-chave dos três setores da sociedade – governo, empresas e sociedade civil -, com foco na compreensão dos principais entraves e no mapeamento e avaliação de experiências que pudessem contribuir com reflexões sobre o tema.

Por que o tema é importante?

O processo de implantação e operação de grandes empreendimentos em territórios na Amazônia é caracterizado por um cenário complexo, com múltiplos atores e fatores de pressão, em geral baixa capacidade institucional dos governos locais e baixa efetividade no que tange às estratégias de participação e articulação entre setores. As diferentes fases deste processo, desde seu planejamento à eventual desmobilização da obra, representam desafios específicos às instituições.

Nesse sentido, as capacidades institucionais aparecem como uma questão central para a qualificação do processo de instalação desses empreendimentos. Primeiramente porque é preciso ter uma visão clara dos impactos socioambientais gerados para desenvolver ações mitigatórias e compensatórias claras e efetivas, juntamente com o empreendedor. Muitas vezes também é necessário um olhar ampliado de desenvolvimento regional, que somente será possível por meio da articulação entre municípios e da efetiva participação dos entes estaduais no processo, bem como da articulação afinada com as políticas públicas federais.

Gargalos iniciais identificados

Projetos a serem implementados na região amazônica devem lidar com um conjunto de problemas e entraves históricos e atuais, que passam pela baixa capacidade institucional dos governos, principalmente municipais, prejudicada ainda pela deficiente articulação governamental para análise de impactos e construção de planejamento regional e pelo pouco alinhamento entre o investimento social e políticas públicas. É relevante apontar ainda os *timings*

inadequados de investimento (públicos e privados) muitas vezes reativos ao invés de proativos, não atuando na prevenção dos impactos negativos.

Observa-se também baixa efetividade dos mecanismos de participação popular, como Conselhos Municipais, por exemplo, e fragilidade do tecido social local. A ausência de formalização e transparência em relação aos compromissos assumidos entre os diversos atores aparece como outro desafio.

Proposições iniciais de caminhos

Os atores consultados apontam a necessidade de fortalecimento das capacidades institucionais locais, de forma a qualificar o olhar de planejamento, gestão e parcerias. A articulação e a busca por complementaridades entre as políticas públicas nas três instâncias e o investimento social privado pode ampliar a qualidade da análise dos impactos socioambientais e estruturar adequadamente um planejamento que previna tais impactos, no tempo adequado. É essencial que este diagnóstico tenha caráter participativo, ou seja, que a sociedade impactada seja “leitora” de sua própria realidade.

Nesse sentido, é de relevância a organização das demandas locais e a definição de prioridades a partir dos impactos mapeados, construindo-se processos que adequem a capacidade de investimentos ao timing demandado pelas referências e parâmetros das políticas federais e estaduais. O respeito ao capital social local e seu fortalecimento incorporam as recomendações de caminhos a seguir, com a inclusão dos envolvidos e impactados na governança das ações, tais como no caso de conselhos participativos.

Como avançar no âmbito da iniciativa?

Como encaminhamentos para continuidade da construção das diretrizes nesse tema, sugere-se a análise de convergências e produção de consensos entre os grupos de trabalho temáticos, sob a ótica das demandas de articulação interfederativas, bem como da articulação entre poder público, empreendedor e sociedade civil. Marcos – espaços e eventos – que ofereçam a possibilidade de reunir diferentes entes federativos, ou que unam empreendedores e governos – são vistos como oportunidade de construção de soluções efetivas.

Recomenda-se também o desenvolvimento de parâmetros claros de análise, mensuração e mitigação de impactos sociais gerados a partir de grandes empreendimentos no território amazônico.